

**Tempos funestos? Sim!  
Cruzar os braços? NÃO!  
Motivos e motivações de uma  
viagem para além do “campo”**

**Diego de Oliveira Souza**

[Doutor em Serviço Social. Professor da UFAL  
Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca]

O “campo da Saúde do Trabalhador” (chamaremos de “campo”) é produto das lutas dos trabalhadores contra a exploração do trabalho traduzida em desgaste e adoecimento.

A classe trabalhadora apoiada por alguns técnicos da saúde lançou as bases para um campo científico e institucional contra-hegemônico, no caminho de uma perspectiva de saúde a favor dos trabalhadores.

No Brasil, as possibilidades para esse “campo” se tornaram mais fecundas ante a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), na perspectiva da promoção da saúde e contra a mercantilização.

Todavia, o processo de desmonte do SUS, há tempos em curso, fragiliza sua proposta, sendo um obstáculo à efetivação, também, do “campo”.

Nos últimos anos essas ameaças aumentaram, tendo em vista as medidas neoliberais implementadas e a (re)ascensão do conservadorismo na esfera política, consubstanciando uma das conjunturas mais escusas no pós-Constituição Federal de 1988.

Retiradas de direitos, aumento da exploração do trabalho e complexificação de variadas formas de dominação apontam para um ocaso social, com graves reverberações para o “campo”.

Além disso, convém destacar que, apesar de o “campo” surgir a partir de um movimento contestador e com uma proposta original que intentava uma ruptura com o *status quo*, ele foi impelido de adentrar as arenas burguesas, assumindo os parâmetros deste sistema para se legitimar enquanto campo.

Assim, ele se constituiu enquanto área, nicho ou recorte da ciência e/ou instituições burguesas (com seus limites/fronteiras), definindo seu objeto de investigação/intervenção, com paradigma e instrumental teórico-metodológico próprio.

Tal circunstância faz do “campo” parte do sociometabolismo do capital, ainda que ele traga contribuições e tensões por dentro desse sistema.

Mas, como parte do sociometabolismo do capital, o “campo” confina a problematização/intervenção sobre a “questão da saúde dos trabalhadores” nas suas fronteiras, o que por si só se constitui em um limite à apreensão dessa “questão”, na sua heterogeneidade. Lembrar desses limites, mas também da origem contestadora do “campo” se faz imprescindível para sabermos onde estamos e aonde queremos ir.

Isso porque, de fato, o “campo” construiu (está construindo) um caminho a ser percorrido.

Todavia, isso não basta!

José Paulo Netto certa vez destacou que “o caminho acabou, [mas] a viagem apenas começa”.

Acrescentaríamos que, conforme canta a banda Titãs, é “caminhando que se faz o caminho” e, portanto, é preciso avançar mesmo quando esse caminho é tortuoso.

Viajar para além dos limites burgueses é tarefa difícil, mas possível e necessária. Afinal, se a ascensão de um governo federal que propaga ideias e promete ações contrárias aos princípios ideopolíticos do SUS provoca receios até naqueles que sempre acreditaram na necessidade de uma viagem de ruptura, ela deve ser, ao mesmo tempo, o maior motivo para resgatar o *ethos* da origem do “campo”, inclusive no sentido de romper os limites nos quais ele foi sendo confinado.

As possibilidades de tensionar o sistema por dentro vão se tornando cada vez mais frágeis e, com isso, revelam a necessidade ainda mais intensa de questioná-lo a partir de suas raízes, em um horizonte que vislumbre para além dele.

Vivemos tempos funestos? Sim! Isso deve implicar uma paralisia das forças contra-hegemônicas, cruzando os braços? NÃO!

Na verdade, dessa conjuntura devem advir os motivos para um movimento de defesa daquilo que já foi conquistado, mas também motivações para uma ofensiva capaz de romper com esse mecanismo de produção/reprodução de exploração/dominação.

Por vezes, momentos de grande violência econômica e política – acima da média socialmente aceita nos padrões capitalistas – são responsáveis por tirar da inércia até os alheios e indiferentes.

A história já provou sua natureza dialética, porquanto naquelas conjunturas de maior opressão, a classe trabalhadora e/ou outros atores sociais se levantaram em revoltas e rebeliões.

Lembremos das lutas por menores jornadas de trabalho em Chicago/EUA (1886), a Revolução dos Cravos em Portugal (1974), as lutas contra a ditadura militar no Brasil (décadas de 1970/80) e tantos outros exemplos de quando imperavam formas severas de exploração econômica e autoritarismo político.

Na dinâmica contraditória da luta de classes, esses recortes históricos não passaram (e não passarão) imunes às lutas sociais. É claro, entre outras variáveis históricas, é preciso organização coletiva e construção de uma subjetividade revolucionária.

Sem abandonar a atuação por dentro do “campo”, devemos ousar fazer viagens para além dele, em movimentos dialéticos que alcancem a “questão da saúde dos trabalhadores” nas suas múltiplas determinações, aquelas que a ciência e instituições burguesas não são capazes, endogenamente, de alcançar.

Outra perspectiva científica é necessária! Mais do que nunca, é preciso que aqueles que compõem o “campo”, mas também aqueles que estão fora dele, descruzem os braços e se mexam na direção desse caminho contra a barbárie capitalista, que tem sido amplificada pela falácia de supostos paladinos da justiça. Vamos à luta!

■■■

*OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.*